

# Exportações podem crescer até 15%

As exportações brasileiras poderão crescer até 15% no próximo ano, motivadas pelas medidas tomadas ontem pelo governo e por um programa de estímulo às exportações que deve ser anunciado na próxima semana durante o Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), que se realizará no Rio de Janeiro. A afirmação é do presidente da Silex Trading, Roberto Giannetti da Fonseca, que participou na sexta-feira de uma reunião da Câmara de Comércio Exterior em que o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, representantes do governo e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) discutiram uma extensa pauta de medidas que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve anunciar durante o Enaex.

“O objetivo maior do governo e também dos empresários é reverter a tendência de elevação do déficit de contas correntes, para o País retomar a confiança externa”, afirma Giannetti da Fonseca, que também é diretor da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). O empresário não quis falar mais detalhadamente sobre as medidas que ainda estão sendo estudadas pelo governo. Giannetti da Fonseca disse que elas vão permitir um crescimento das exportações acima dos 10% esperados este ano, resultado que foi proporcionado pelo desempenho dos produtos primários beneficiados pela isenção do Imposto sobre a Circula-

ção de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedida pela Lei Kandir. Ele prevê que a Silex Trading triplique o seu faturamento dos US\$ 100 milhões previstos este ano para US\$ 300 milhões em 1998.

Para Giannetti da Fonseca, o governo está procurando trilhar o único caminho capaz de tirar o País da “armadilha” dos juros altos e da recessão econômica: ampliar as exportações, diminuindo os custos de produção e incentivando as tradings, que podem abrir o comércio exterior para as pequenas e médias empresas: “Quando isso começar a acontecer, vamos quebrar o círculo vicioso que inibe as exportações e retomar a confiança na economia brasileira.”

Ele, no entanto, critica a demora da equipe econômica. Para o executivo, se o governo tivesse criado um programa de investimento e incentivo às exportações em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, não seria necessário provocar uma recessão agora para gerar excedentes exportáveis.



Roberto Giannetti da Fonseca

A mais importante medida anunciada ontem pelo governo para o comércio exterior é a permissão para os produtores de insumos contratarem operações de Antecipação de Contrato de Câmbio (ACC). “Ela dá capital competitivo para toda a cadeia de produção para exportação, pois os produtores de insumos não podem ser competitivos pagando juros de capital de giro de 40%”, afirma.

Ontem, no entanto, o mercado exportador estranhava a medida. “Não sei como isso vai funcionar na prática, pois quem recebe os dólares é o exportador no final da cadeia”, afirmou o executivo de uma exportadora. Giannetti da Fonseca, no entanto, tem uma sugestão para a regulamentação pelo Banco Central: “Isso deve ser feito através das tradings, que podem fazer o chamado drawn-back verde-amarelo, comprando a matéria-prima a ser trabalhada”, diz.

Na opinião do diretor-superintendente da Companhia Cacique de Café Solúvel, Cesário Coimbra, o pacote fiscal não alterou a conjuntura

para as grandes empresas exportadoras, que já haviam se beneficiado da elevação dos juros na semana passada. Segundo ele, o aumento da arbitragem de ACCs, que passou de 4% para 19% após o aumento dos juros ficou “muito convidativo”. “Para o exportador capitalizado isso é quase uma correção cambial, mas o resultado será menos positivo para os exportadores que precisam pegar ACCs para comprar os insumos”, diz.

Para Coimbra, a diferença cambial dá condições de fôlego para cobrir os contratos. “Mas tão logo esse turbilhão passe, vamos ter uma aceleração dos negócios”. Ele, no entanto, afirma que o governo está numa encruzilhada. Por um lado vai precisar desvalorizar mais fortemente o câmbio, passando de 0,60% ao mês para algo em torno dos 0,80% ou 0,90%: “Com isso o cupom cambial começa a diminuir, caindo a atração do País para o capital externo”, lembra.

Coimbra acha que nos próximos 60 dias o governo terá de diminuir a taxa de juros e ampliar a desvalorização do real, corrigindo a defasagem cambial em prazo menor do que pretendia anteriormente. “Aí a vantagem do ACC, que é provisória, vai diminuir. O governo, no entanto, dará câmbio ao exportador, mas a medida pode ser complicada devido à dependência do capital internacional que vivemos hoje e à crise mundial.” ■